



Ciências Sociais Unisinos

ISSN: 1519-7050

periodicos@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Brasil

Penna, Camila

Reflexividade e agência na teoria sociológica contemporânea

Ciências Sociais Unisinos, vol. 48, núm. 3, septiembre-diciembre, 2012, pp. 192-204

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93824899002>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

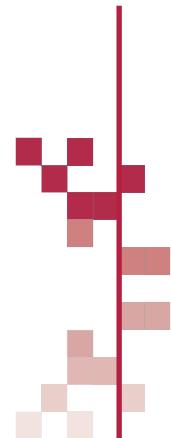
redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# Reflexividade e agência na teoria sociológica contemporânea<sup>1</sup>

Reflexivity and agency in contemporary sociological theory



Camila Penna<sup>2</sup>  
camilapenna2003@yahoo.com.br

## Resumo

O artigo discute algumas contribuições da teoria sociológica contemporânea no tocante ao debate sobre agência e sobre reflexividade e retoma o posicionamento de autores relevantes na produção teórica atual em relação ao trabalho do sociólogo e ao papel da sociologia. A discussão é feita a partir da noção de espectro ao longo do qual estariam posicionadas as diferentes teorias de acordo com a maior ou menor capacidade de agência e reflexividade que conferem aos atores. Por "maior ou menor capacidade de agência e reflexividade" estamos nos referindo ao nível de consciência, de reflexão, de autonomia e de capacidade de produzir efeitos conferido ao ator. Nesse sentido, utilizando os conceitos de Garfinkel (1967) como ferramentas para a discussão, o espectro estaria configurado em um dos polos pelo conceito de "idiota cultural" e no outro pela noção de "sociólogo leigo". Ao longo do espectro, estariam localizadas diferentes orientações da teoria sociológica contemporânea. Argumentamos que a posição de cada autor em relação à capacidade de agência e reflexividade está relacionada a uma determinada percepção sobre o papel da sociologia e sobre o trabalho de sociólogo.

**Palavras-chave:** sociologia contemporânea, agência, reflexividade, idiota cultural, sociólogo leigo.

## Abstract

The article discusses some of the contributions of contemporary sociological theory to the debate on agency and on reflexivity and traces the position of relevant authors in the current theoretical production regarding the work of the sociologist and the role of sociology. The discussion is developed through the idea of spectrum, along which different theories are positioned according to the capacity of agency and of reflexivity ascribed to the actors. "Capacity of agency and reflexivity" refers to the level of consciousness, reflection, autonomy and the capacity of producing effects ascribed to the actor. The spectrum would be configured, using Garfinkel's (1967) concepts as analytical tools, at one of the poles by the concept of "cultural dope" and at the other by the notion of "lay sociologist". Along the spectrum are located different orientations on contemporary sociological theory. We argue that the position each author takes in relation to the capacity of agency and reflexivity is related to his or her perception of the role of sociology and of the sociologists' work.

**Key words:** contemporary sociology, agency, reflexivity, cultural dope, lay sociologist.

<sup>1</sup> Uma primeira versão deste artigo foi apresentada como trabalho final da disciplina "Teoria Sociológica Contemporânea" ministrada pelo professor Marcelo Carvalho Rosa, em 2010, no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. A autora é grata aos comentários do professor e às sugestões dos revisores anônimos da revista.

<sup>2</sup> Universidade de Brasília. Departamento de Sociologia. Campus Universitário, ICC Centro, Asa Norte, CEP: 70910-900, Brasília, DF, Brasil.

## Introdução

O tema da reflexividade tem sido central para a teoria sociológica contemporânea e compreende uma diversidade significativa de concepções que se referem tanto à reflexividade do ator quanto à reflexividade do próprio pesquisador (Macbeth, 2001). A reflexividade como característica do trabalho do sociólogo, perspectiva que aparece no trabalho de Bourdieu e no trabalho de Lahire (1997), seria responsável por garantir à sociologia um lugar privilegiado e a possibilidade de "vigilância epistemológica" (Bourdieu et al., 2004). Como será discutido a seguir, essa posição privilegiada das ciências sociais e as bases seguras que a sustentam têm recebido importantes críticas que remetem à fenomenologia e à etnometodologia (Macbeth, 2001).

No que tange à reflexividade dos atores, cabe destacar que parte da literatura que a aborda está dialogando de forma mais ampla com o tema da modernidade. A reflexividade aparece então como uma característica dos indivíduos na modernidade (Giddens, 2009). Notadamente no caso das contribuições da sociologia britânica aqui analisadas, a reflexividade é um processo matizado, que se dá de formas diferentes entre os indivíduos (Archer) e também entre as sociedades (Giddens).

No caso da sociologia de Boltanski e Thévenot (1999), a reflexividade ou capacidade crítica dos indivíduos, utilizada em momentos críticos de disputa, é objeto de preocupação sociológica. Nesses momentos críticos, os indivíduos (normais) devem ter reflexividade para identificar as convenções subjacentes a cada situação de disputa e adequar suas justificações a estas convenções. A adequação às convenções em cada contexto exige capacidade crítica e competência dos indivíduos. Na perspectiva da etnometodologia, a reflexividade não aparece de forma matizada, tampouco é qualificada. Garfinkel (1967) assinala que todos os membros da sociedade têm igualmente capacidade reflexiva para compreender suas atividades cotidianas e dos métodos que as organizam.

A sociologia de Latour (2005) não dá centralidade ao tema da reflexividade. Aproximando-se da proposta da etnometodologia, o que interessa para o autor é o que os atores fazem, suas ações, e não tanto o que pensam. Contudo, Latour também rompe com a "ruptura epistemológica" ao apontar que a construção de fatos sociológicos se assemelha ao processo de construção de fatos em qualquer área da vida. E, nesse sentido, não há diferença entre o trabalho do sociólogo e o trabalho de qualquer outra pessoa em qualquer outra área no tocante à capacidade reflexiva.

Até aqui fizemos um breve percurso pelo espectro, começando com as perspectivas que dão menor capacidade reflexiva ao ator em direção às que lhes conferem maior reflexividade. O propósito foi apresentar o panorama geral, de forma esquemática, das posições de cada autor no que concerne ao tema da reflexividade. A seguir discutiremos de maneira mais aprofundada o tratamento que os autores acima dão para este tema e como ele está relacionado às suas concepções sobre o papel da sociologia. Utilizando o espectro apresentado na Figura 1 como ferramenta para discussão, objetivamos resgatar algumas contribuições da sociologia contemporânea para a análise da ação social e avaliar as implicações destas contribuições para a pesquisa empírica.

## Bourdieu e a teoria da prática

A forma pela qual Bourdieu lida com o dilema agência-estrutura, lançando mão do conceito de *habitus* para explicar as ações dos atores no marco da "teoria da prática" (Bourdieu, 2003), tem algumas implicações para a ideia de agência e de reflexividade. A ideia de *habitus* (sistema de disposições) como chave explicativa para a ação tem como efeito a mitigação da capacidade reflexiva do ator no modelo de "teoria da prática". Na medida em que está incorporada no sistema de disposições dos atores, a estrutura aparece, no limite, como explicação principal para as práticas: "As estruturas constitutivas de um tipo particular de meio [...] produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações" (Bourdieu, 2003, p. 54).

Dessa forma, a agência está relacionada ao sistema disposicional do ator que lhe foi inculcado a partir das estruturas (condições materiais de existência). Estas estruturas conferem um sistema disposicional ao ator que é subjacente e está na raiz de suas práticas. Trata-se, então, de se olhar para as práticas como forma de identificar o princípio gerador que explica as ações de diferentes grupos sociais e suas regularidades estatísticas nos casos de homologia (Bourdieu, 2003, 2001).

Este modelo de sociologia disposicional deixa pouco espaço para a reflexividade – no sentido de capacidade crítica e de consciência, como aponta Boltanski (2000). As decisões e avaliações dos indivíduos são interpretadas como processos automáticos e mesmo inconscientes:



**Figura 1.** Espectro da capacidade de agência e reflexividade na teoria sociológica contemporânea.  
**Figure 1.** Spectrum of agency and reflexivity capacity in contemporary sociology.

*A avaliação subjetiva das chances de sucesso de uma ação determinada numa situação determinada faz intervir todo um corpo de sabedoria semiformal, ditados, lugares-comuns, preceitos éticos (não é para nós) e, mais profundamente, princípios inconscientes do ethos, disposição geral e transponível que, sendo o produto de um aprendizado dominado por um tipo determinado de regularidades objetivas, determina as condutas razoáveis ou absurdas para qualquer agente submetido a essas regularidades (Bourdieu, 2003, p. 54, grifo nosso).*

A noção de que as ações dos indivíduos são, em grande medida, fruto de determinantes estruturais – inculcadas na forma de sistemas de disposições – e de que estas ações reproduzem as estruturas, mesmo que os atores não tenham consciência disso, aproxima o indivíduo da “teoria da prática” de Bourdieu da definição de “idiota cultural” de seu contemporâneo estadunidense Garfinkel. Por idiota cultural Garfinkel se refere ao homem – na sociedade do sociólogo – que produz características estáveis da sociedade ao agir em concordância com alternativas preestabelecidas e legítimas de ação que a cultura comum provê (Garfinkel, 1967, p. 68).

Esta é a razão pela qual a teoria de Bourdieu se encontra na posição de nosso espectro em que o indivíduo tem menor capacidade de agência e reflexividade, em comparação com os outros autores aqui trabalhados. A seguinte afirmação pode justificar este posicionamento: “Cada agente, saiba ele ou não, queira ele ou não, é produtor e reproduutor de sentido objetivo: porque suas ações e obras são o produto de um *modus operandi* do qual ele não é produtor e do qual não tem o domínio consciente” (Bourdieu, 2003, p. 65)<sup>3</sup>.

Cumpre destacar que as concepções de agência e de reflexividade presentes na teoria da prática têm implicações para o posicionamento do autor no tocante ao papel da sociologia e do sociólogo. Na medida em que há um princípio gerador de todas as práticas, do qual no mais das vezes os indivíduos não estão conscientes, cabe ao sociólogo construir cientificamente esse princípio gerador que explica as regularidades estatísticas de comportamento dos membros de determinada classe (Bourdieu, 2001, p. 50).

Essa capacidade reflexiva do sociólogo que lhe permite revelar ou descortinar os princípios geradores das ações dos indivíduos – identificando elementos de sua realidade dos quais os próprios podem não estar conscientes – é o que diferencia o conhecimento sociológico do senso comum. A própria noção de ruptura epistemológica (Bourdieu, 2001), tal como o autor apropria dos escritos de Bachelard, está relacionada à ruptura com o senso comum – o que no caso de Bachelard seria mais propriamente a ruptura com o realismo ingênuo, incapaz de ver as constantes e princípios subjacentes aos fenômenos empíricos observados e experimentados diretamente (Bachelard, 1988).

O conhecimento reflexivo do sociólogo, na sociologia de Bourdieu, se distingue, portanto, do conhecimento de senso co-

mum dos atores sociais. E o papel do conhecimento sociológico é o de revelar e tornar explícitos os princípios geradores subjacentes, e no mais das vezes ocultos, das práticas sociais.

## Da pluralidade das disposições

A sociologia disposicional de Lahire apresenta críticas importantes à noção de *habitus* de Bourdieu que têm desdobramentos no que se refere à capacidade de agência e de reflexividade do “homem plural”. Lahire (1997) propõe, a partir do conhecimento produzido por pesquisa empírica, um modelo mais sofisticado para apreender a agência humana, que transcende a ideia de que esta pode ser explicada por um sistema disposicional único e transmutável para diferentes contextos. De acordo com o autor, a ideia de *habitus* seria adequada para compreender as práticas dos atores apenas em contextos de homologia das experiências sociais e das matrizes e contextos de socialização. Por exemplo, no caso de sociedades tradicionais como a de cabilá (Argélia), a partir da qual foi desenvolvido o modelo de *habitus* (Bourdieu, 1979; Lahire, 1997, p. 24). Contudo, essa homogeneidade de experiências sociais governadas sempre pelo mesmo princípio só ocorre em casos excepcionais e não é adequada para se pensar sociedades com forte diferenciação, que produzem atores diferenciados inter e intrapessoalmente:

*Poder-se-ia resumir tudo isto dizendo que todo corpo (individual) mergulhado numa pluralidade de mundos sociais está sujeito a princípios de socialização heterogêneos e, às vezes, contraditórios que incorpora. [...] Achamos que é preferível pensar que esta (coerência e homogeneidade) é a situação mais improvável, mais excepcional e que é muito mais comum observar atores individuais menos unificados e portadores de hábitos (de esquemas de ação) heterogêneos e, em certos casos, opostos, contraditórios (Lahire, 1997, p. 31).*

Embora não rompa com a ideia de disposições (incorporadas a partir de processos de socialização anteriores) como chave explicativa para a ação, Lahire complexifica o modelo de “princípios geradores” das práticas. Os comportamentos são explicados por meio da ativação das disposições em determinados contextos e sob determinadas condições. Nesse modelo explicativo, o presente tem tanta importância quanto o passado, uma vez que os esquemas de ação incorporados são desencadeados pela configuração da situação presente. Nesse sentido, parte das experiências passadas incorporadas nas disposições pode ser “mobilizada, convocada ou despertada pela situação presente” (Lahire, 1997, p. 52).

No modelo do “homem plural”, a explicação do processo que desencadeia essas disposições nos contextos presentes em que se desenrolam as práticas dos atores é elucidativa de como o tema da reflexividade aparece no pensamento de Lahire. Nesse

<sup>3</sup> Cabe ressalvar que, com o conceito de capital, Bourdieu confere algum grau de agência ao indivíduo, ao apreendê-lo como capaz de identificar e acumular riquezas (capitais) valorizadas nos campos em que age, podendo, assim, melhorar sua posição nesses campos.

sentido, é relevante buscar responder às seguintes questões a partir dos elementos oferecidos pelo autor: o que é responsável pela ativação ou inibição das disposições em determinados contextos? Seriam as disposições ativadas automaticamente em determinadas situações<sup>4</sup> (como o termo "desencadear" tende a sugerir), ou seria o agente dotado de capacidade crítica e reflexividade suficiente para ativar determinado conhecimento adquirido em experiências passadas para agir na situação presente? A ideia de Lahire (2004) de que os indivíduos são apenas parcialmente conscientes destas disposições aponta para a segunda opção:

*Embora seja suficientemente consciente para nos descrever o que faz, o ator não tem consciência das determinações internas e externas que o levaram a agir como agiu, a pensar como pensou, a sentir como sentiu... Em suma, não podemos pressupor que o ator possua as chaves (disposicionais e contextuais) do que o faz agir (Lahire, 2004, p. 22-23).*

É necessário retomar aqui a distinção que Lahire (2004) faz entre "disposição" e "competências" (ou "capacidades"), e retomar também a importância desta distinção para compreender o complexo jogo de ativação/inibição das disposições que explica as práticas e comportamentos sociais. O autor utiliza o termo disposição para situações em que há tendência, inclinação, propensão, caracterizadas pela expressão empírica "é mais forte que eu", ao passo que os termos competência e capacidade denotam um recurso que pode ser mobilizado potencialmente, um *know-how* ou saber circunscrito, que pode ser ligado a circunstâncias e práticas específicas a um contexto particular, como, por exemplo, a capacidade de manter um orçamento (Lahire, 2004, p. 330-331). Mas a essa competência ou capacidade estaria subjacente um mínimo de "disposição racional" adquirida por meio de matrizes socializadoras (como o conhecimento escolar ou a prática profissional).

Nesse sentido, a concepção de competência de Lahire, que, como veremos a seguir, se diferencia da concepção de Boltanski (1999), está de certa forma vinculada à noção de disposição (se não engessada por ela). A seguinte afirmação do autor é elucidativa como uma espécie de autocritica e, ao mesmo tempo, crítica às concepções mais próximas à fenomenologia e etnometodologia:

*Embora exista, em todo sociólogo disposicionalista, uma tentação de reduzir toda capacidade, habilidade, saberes e savoir-faire a uma disposição, a uma inclinação, a uma tendência permanentes, pode-se inversamente ser inclinado a reduzir*

*tudo à lógica de simples capacidades em suspenso e mobilizáveis à vontade (Lahire, 2004, p. 332).*

O papel da reflexividade na explicação das ações e decisões do indivíduo aparece de maneira discreta no modelo de Lahire, segundo o qual as práticas são explicadas pela ativação de determinada disposição em determinado contexto. Essa ativação é o produto da interação entre as relações de força internas (disposições) e externas (características objetivas da situação). Lahire conclui, após a análise dos diferentes estudos de caso, que "a única parcela de liberdade que temos nesta situação é aquela que consiste em modificar as influências internas e externas que agem em nós e sobre nós" (Lahire, 2004, p. 336). Nesse sentido, ele aponta para alguns casos em que os entrevistados inventavam técnicas de autocontrole de suas disposições e desenvolviam táticas de condutas para obstaculizar certos efeitos negativos destas. Também assinala os casos em que os atores buscavam controlar as disposições de outras pessoas. Para que isso seja possível, é necessário o autoconhecimento de suas propensões e inclinações.

O autoconhecimento a que o autor se refere é o conhecimento de algumas das disposições, o que implica um grau maior de consciência do que o previsto na teoria da prática. Há, portanto, uma certa capacidade reflexiva – nesse caso, a consciência do agente de alguns determinantes da sua própria ação – que confere ao modelo do "homem plural" uma posição mais afastada da perspectiva do "idiota cultural". Talvez a constatação de que as pessoas têm alguma consciência e capacidade crítica de suas ações se deva à prática da pesquisa empírica, não sendo possível apenas pela teorização da prática.

No que tange ao papel da sociologia e do sociólogo, não se pode dizer que a perspectiva de Lahire seja diferente da de Bourdieu. Para o autor, é função do sociólogo reconstruir as disposições, que não podem ser observadas diretamente. E para tanto é necessário um trabalho interpretativo que faça aparecer os princípios geradores das práticas – indicadores da disposição<sup>5</sup> (Lahire, 2004, p. 27). Este conhecimento produzido pelo trabalho interpretativo do sociólogo é qualitativamente diferente do conhecimento do senso comum.

Lahire critica duramente as perspectivas sociológicas – notadamente a sociologia de Boltanski e a etnometodologia – que propõem o ofuscamento da fronteira entre senso comum<sup>6</sup> e conhecimento sociológico e que defendem a perspectiva do sociólogo leigo, ou seja, de que os atores são tão ou mais competentes que os sociólogos para interpretar suas próprias ações.

<sup>4</sup> Ao possível questionamento sobre o que em última instância, é o "verdadeiro determinante" das práticas, se é o acontecimento desencadeador ou a disposição incorporada, Lahire dá uma resposta relacional, apontando que "o comportamento ou a ação é o produto de um encontro, no qual cada elemento do encontro não é mais nem menos determinante que o outro" (Lahire, 2004, p. 56).

<sup>5</sup> Note-se que, na sociologia de Lahire, como na de Bourdieu, as práticas são estudadas como indícios ou indicadores de um princípio subjacente. O que interessa é chegar a esse princípio, o que neste caso significa identificar as disposições por trás das ações.

<sup>6</sup> "Se os objetos de estudo legítimos do sociólogo fossem reduzidos aos objetos designados pelos atores sociais, terminaríamos nos submetendo ao senso comum, e essa submissão já foi explicitamente reivindicada. Uma obra sociológica não se reduziria a construir seus objetos, mas a deixar que os atores definissem os objetos" (Lahire, 2004, p. 24).

"Tudo sucede como se a sociologia forçasse ou destruísse algo ao construir teoricamente seu objeto e ao interpretá-lo de forma diferente da dos atores. [...] Interpretar significaria necessariamente estar contra os atores" (Lahire, 2004, p. 23). Contudo, como veremos mais adiante ao analisar a visão destes sociólogos criticados por Lahire, existe uma diferença significativa entre interpretar e interpretar algo de forma diferente dos atores, e considerar o discurso sociológico como privilegiado e mais competente na medida em que revela elementos das ações dos atores que eles próprios ignoram.

Note-se que a visão dos atores como sujeitos a disposições das quais eles não têm consciência – ou seja, uma conceção na qual os indivíduos têm pouca capacidade de agência e de reflexividade – justifica um certo tipo de sociologia na qual o sociólogo tem o papel de oferecer um discurso que os atores não são capazes de fazer. O discurso da verdade científica.

Se uma ciência do mundo social é possível, isto pode acontecer por meio de interpretação daquilo que fazem e dizem os atores, o que desemboca obrigatoriamente em um discurso diferente daquele que estes são capazes de fazer de forma espontânea. Nem desprezo, nem opressão, mas a pesquisa de uma verdade para além da evidência (Lahire, 2004, p. 25).

## Monitoração reflexiva e agência<sup>7</sup>

Duas das contribuições mais influentes da sociologia britânica contemporânea, os trabalhos de Anthony Giddens e de Margareth Archer, dão centralidade ao tema da reflexividade. Na teoria da estruturação de Giddens, a reflexividade (ou monitoração reflexiva das ações) é um conceito-chave para o debate que o autor faz sobre agência e estrutura, aparecendo como objeto e domínio básico da sociologia. De acordo com o autor, as práticas sociais ordenadas no tempo e no espaço seriam os objetos de investigação por excelência das ciências sociais. Essas práticas sociais são ordenadas a partir da cognoscitividade reflexiva dos agentes humanos e se reproduzem no tempo e no espaço devido à reflexividade. Daí a concepção que Giddens dá à reflexividade: "[...] deve ser entendida não meramente como autoconsciência, mas como o caráter monitorado do fluxo contínuo da vida social" (Giddens, 2009, p. 3).

Diferentemente da sociologia de Bourdieu e de Lahire, na sociologia de Giddens o ator é concebido como um indivíduo completamente reflexivo e intencional, que não só tem consciência das razões de suas ações como também está apto a elaborar essas razões discursivamente. A afirmação seguinte de Giddens é ilustrativa de como o indivíduo em seu modelo teórico se distancia da perspectiva do "idiota cultural":

*Admite-se com frequência que a agência humana só pode ser definida em termos de intenções, ou seja, para que um item do comportamento seja considerado uma ação, é preciso que*

*o realizador tenha intenção de o manifestar, caso contrário o comportamento em questão é apenas uma resposta reativa (Giddens, 2009, p. 9).*

A agência do indivíduo reflexivo na teoria da estruturação implica sua capacidade de realizar coisas, de produzir efeitos e transformações. Um agente é aquele que tem poderes causais, incluindo o de influenciar os poderes dos outros. Contudo, os indivíduos agem sempre em contextos nos quais estão presentes regras e recursos que possibilitam a "existência de práticas sociais discernivelmente semelhantes por dimensões variáveis de tempo e espaço" (Giddens, 2009, p. 20). Essas regras e recursos conformam o que o autor chama de "estrutura". Para falar em regras que têm propriedades estruturais, o autor retoma Garfinkel e os "procedimentos metódicos" identificados por seus experimentos. As regras seriam, pois, os procedimentos envolvidos na produção e reprodução das práticas sociais cotidianas e teriam poder de constrangimento – uma vez que seu descumprimento colocaria em jogo a "segurança ontológica" dos atores (Giddens, 2009, p. 27). A noção de "segurança ontológica" já estava presente no pensamento de Garfinkel (1967).

Os indivíduos têm consciência prática e discursiva das regras. Ou, nos termos de Garfinkel (1967), são capazes de apreender suas práticas sociais como atividades visíveis, racionais e relatáveis. Isso significa dizer que conhecem a respeito do que estão fazendo e podem expressar esse conhecimento discursivamente em alguns casos: "Todos os seres humanos são altamente instruídos no que diz respeito ao conhecimento que possuem e aplicam na produção e reprodução de encontros sociais cotidianos; o grande volume desse conhecimento é, em sua maioria, de caráter mais prático que teórico" (Giddens, 2009, p. 25).

Essa consciência prática das regras é o que confere aos indivíduos sua reflexividade – a capacidade de monitoração reflexiva de suas ações. Tais ações estão na base da reprodução das estruturas, uma vez que, ao agir, os agentes também reproduzem as condições que tornam possível sua ação (a esse processo Giddens denomina "dualidade da estrutura"). Nesse sentido, na medida em que têm consciência das regras que conformam as estruturas e capacidade de interpretá-las, os agentes agem reproduzindo ou modificando as estruturas. Estas regras, de acordo com o autor, podem ser tanto recursos como constrangimentos de acordo com a posição do agente em cada contexto de ação.

A noção de reflexividade em Giddens (1991) está atravessada pelo debate sobre modernidade. Com efeito, o autor aponta para uma capacidade maior de reflexividade nas sociedades modernas. Uma vez que a monitoração reflexiva pressupõe a capacidade de se situar no contexto espaço-tempo e uma vez que nas culturas tradicionais a dimensão espaço-tempo é diferente – estando a rotinização da vida cotidiana mais presa à tradição –, a reflexividade nessas culturas é limitada à reinterpretar e esclarecimento da tradição. A modernidade, por sua vez, é caracterizada

<sup>7</sup> Por questões de organização da discussão, optamos trabalhar Giddens antes de Archer. Isso não corresponde à ordem da posição dos dois autores no espectro.

pelo processo de desencaixe, ou "deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espacó" (Giddens, 1991, p. 29). Nesse contexto, a reflexividade consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre as próprias práticas, permitindo assim a construção de novas formas de reencaixe (Giddens, 1991).

Para Giddens (1991), a sociologia tem importante papel na construção da modernidade e a relação entre o conhecimento sociológico e seu objeto deve ser entendida em termos de uma "hermenêutica dupla". Tanto a sociologia é construída a partir do universo da vida social, como o conhecimento produzido por ela espirala dentro deste universo. De acordo com o autor, o impacto prático das teorias sociológicas no mundo social é significativo, e os conceitos e descobertas sociológicas estão envolvidos no que a modernidade é.

Mas, quando se posiciona sobre a relação entre o conhecimento sociológico e o conhecimento leigo, Giddens assume uma postura mais modesta, apontando que as descobertas das ciências sociais não necessariamente são novas para aqueles aos quais dizem respeito, e que os indivíduos leigos também são teóricos sociais. Porém, Giddens não abre mão da ideia de que a sociologia deveria ter certa agudeza ou vontade crítica, em que pese a afirmação de que "todo ator social competente é *ipso facto* um teórico social no nível da consciência discursiva e um 'especialista metodológico' nos níveis de consciência prática e discursiva" (Giddens, 2009, p. 21). Para tanto, o autor propõe uma saída, que seria a diferenciação entre o conhecimento mútuo e o senso comum. Conhecimento mútuo é o necessário respeito que o analista social deve ter pela autenticidade da crença na descrição da vida social. Ele é um "modo necessário de obter acesso ao objeto de estudo da ciência social, não é corrigível à luz de suas descobertas; pelo contrário, é a condição para se estar apto a apresentar 'descobertas'" (Giddens, 2009, p. 396). Não fica claro na discussão de Giddens sobre senso comum e conhecimento mútuo como seria possível conciliar a perspectiva de que todo indivíduo é um teórico social e um especialista metodológico no que diz respeito à consciência prática e discursiva de suas ações com a ideia de que o conhecimento sociológico deve manter uma agudeza crítica. Estaria o sociólogo em posição de oferecer uma análise crítica sobre aspectos das ações dos indivíduos que não estão claras para eles próprios?

Talvez uma possível resposta seja a seguinte: embora Giddens (2009) reconheça que a teoria social não é província especial e isolada dos pensadores acadêmicos – uma vez que os atores sociais também têm reflexividade e consciência prática e discursiva de suas ações –, estes atores leigos estão em geral preocupados, sobretudo, com a utilidade prática do conhecimento que aplicam em suas atividades cotidianas. Portanto, poderia haver "características básicas da organização institucional da sociedade (incluindo a ideologia, mas não limitadas a ela) que restrinjam ou distorçam o que consideram ser conhecimento" (Giddens, 2009, p. 395), de forma que o trabalho do sociólogo poderia ser, nesse sentido, "crítico" de alguma forma.

É importante ressaltar que, ao conceber o indivíduo como reflexivo e consciente, Giddens ganha uma posição no espectro que está mais próxima da perspectiva do "sociólogo leigo". Isso implica uma maior capacidade de agência e reflexividade para o ator do que a conferida pelos autores trabalhados até aqui. A percepção do ator social como um sociólogo leigo também está relacionada à visão de sociologia defendida no trabalho de Giddens. Embora não aceite um completo ofuscamento da fronteira entre pensamento sociológico e senso comum, o autor tampouco defende uma postura sociológica de "modelo revelador" da realidade social.

## Reflexividade e conversação interna

A sociologia de Margaret Archer critica a forma pela qual tanto Giddens como Bourdieu trabalharam o tema da agência-estrutura. O modelo de ambos os autores teria levado à conflação da noção de agência e da noção de estrutura, impossibilitando a análise adequada da deliberação reflexiva dos indivíduos. Bourdieu com a noção de *habitus* (que pressupõe a incorporação de elementos da estrutura no sistema disposicional dos agentes) e Giddens com a noção de dualidade da estrutura (que diz respeito à produção e reprodução mútua das ações dos agentes e da estrutura) teriam levado a uma conflação entre agência e estrutura e a uma elisão das propriedades pertencentes respectivamente a cada uma. Nesse sentido, a crítica de Archer se dirige ao fato de que tal conflação tornaria impossível a deliberação reflexiva, uma vez que ofuscaria a distinção entre agência e estrutura, que é fundamental para que os indivíduos possam avaliar seus projetos pessoais (elemento da agência) face aos constrangimentos do contexto (elementos da estrutura) em que se encontram. Em outras palavras, é necessário que possam apreender objetivamente a estrutura para que sejam capazes de deliberar sobre a melhor ação considerando suas preocupações individuais e os constrangimentos do contexto em que se inserem.

Archer define reflexividade como o "exercício regular da habilidade mental, compartilhada por todas as pessoas normais, de considerar a si mesmas em relação a seus contextos sociais e vice-versa" (Archer, 2007, p. 4). Na concepção da autora, a reflexividade exerce um papel de mediação entre agência e estrutura e, portanto, deve ser tomada como um tema central pela teoria sociológica: "Os poderes subjetivos da reflexividade exercem mediação sobre o papel que os poderes objetivos estruturais e culturais têm de influenciar a ação social e são, portanto, indispensáveis para explicar os resultados sociais" (Archer, 2007, p. 5). Na teoria de Archer, o dilema entre ação e estrutura é apreendido a partir do que ela chama de modelo de três estágios: (a) existem propriedades culturais e estruturais que objetivamente moldam as situações confrontadas pelos agentes, e possuem poder gerativo de constrangimento e permissão para suas preocupações; (b) a própria constelação de preocupações dos agentes é subjetivamente definida em relação a três ordens da realidade natural (natureza, prática e social); (c) os cursos de ação são

produzidos através da deliberação reflexiva dos sujeitos, que subjetivamente determinam suas propriedades práticas em relação às suas circunstâncias objetivas (Archer, 2007)<sup>8</sup>.

O tema da reflexividade em Archer está diretamente relacionado à noção de conversação interna. Conversação interna é a capacidade de falar consigo mesmo, frequentemente em silêncio e dentro de sua própria cabeça, que toda pessoa normal tem. É a conversação interna que nos permite agir reflexivamente sobre o mundo. É ela que nos confere o status de agentes ativos, capazes de exercer algum governo sobre nossas próprias vidas em oposição à ideia de agentes passivos para os quais as coisas simplesmente acontecem. Para Archer (2007), é o jogo entre as preocupações nascentes das pessoas e o seu contexto o que molda a reflexividade<sup>9</sup>. Há uma interação constante entre os projetos individuais e os constrangimentos do contexto mediada pela conversação interna.

A agência para Archer está ligada à ideia de que os atores são capazes de desenvolver e definir suas preocupações mais importantes na forma de projetos, por meio da conversação interna. Esses projetos são pré-requisitos para a ação e – assim como a agência em Giddens existe na medida em que produz resultados e altera o estado de coisas – a realização dos projetos de Archer pressupõe a tentativa de exercer poder causal sobre outros seres humanos.

Outro aspecto fundamental da agência em Archer é a capacidade das pessoas de avaliar corretamente suas próprias circunstâncias objetivas – que são constrangedoras de determinados cursos de ação:

*Pessoas não podem fazer o que querem de suas circunstâncias. Afirmar o contrário seria endossar o idealismo e cometer a falácia epistêmica. Com efeito, se as pessoas entenderem errado suas circunstâncias objetivas, esses sujeitos pagarão o preço da objetividade, tenham ou não compreensão disso (Archer, 2007, p. 16).*

Nesse sentido, a estrutura em Archer é exterior e anterior ao indivíduo. É algo mais estável do que a estrutura em Giddens, pois não está sujeita a mudanças de acordo com alterações nas formas de interação cotidiana dos indivíduos – que no modelo de dualidade de Giddens poderiam levar à reconstrução de algumas regras que orientam as interações. A reflexividade, para Archer, tem a prerrogativa de permitir ao indivíduo se virar no

mundo e levar a cabo seus projetos sociais, o que, no limite, poderia culminar em mobilidade social. Contudo, a reflexividade não guarda relação com a possibilidade de alteração na estrutura. Esta alteração ocorreria apenas a longo prazo na medida em que a estrutura se mantém de forma relativamente independente das relações sociais cotidianas.

À noção de estrutura presente na obra de Archer se dirige a crítica de Anthony King (1999). O autor aponta para a inadequação de se falar em "estrutura" estável e anterior aos indivíduos. De acordo com ele, tal visão de estrutura corresponde a uma visão estreita da realidade social. O argumento é desenvolvido da seguinte forma: se se leva em consideração apenas um indivíduo no presente, conclui-se que as condições sociais são independentes desse indivíduo particular, ou seja, conclui-se que a estrutura tem um caráter autônomo. Quando se olha apenas para um ou para poucos indivíduos no presente, tal conclusão pode ser interpretada como correta, contudo, ao se olhar para todos os indivíduos no passado e no presente, nos diferentes espaços, observa-se que o pressuposto ontológico da estrutura pode ser questionado pelo fato de que o contexto social nada mais é do que outras pessoas, outros tempos e outros lugares (King, 1999, p. 217). Em outras palavras, o que exerce "constrangimento estrutural" sobre o indivíduo é a relação que ele estabelece com outras pessoas em determinado espaço e tempo.

O problema das teorias sociológicas que apelam para o conceito de estrutura como autônoma em relação aos indivíduos é o de que este apelo acaba sendo metafísico, na medida em que, em algum momento, o teórico será obrigado a argumentar que existem aspectos da sociedade que são independentes de qualquer indivíduo. Como alternativa às perspectivas que reificam a ideia de estrutura, King (1999) aponta para a contribuição da tradição interpretativista, que utiliza de forma mais razoável o recurso heurístico da estrutura. Ainda que reconheça os constrangimentos que a sociedade coloca para os indivíduos, esta tradição não atribui estes constrangimentos a propriedades estruturais e insiste que "os constrangimentos derivam das relações entre indivíduos, que necessariamente limitam os tipos de práticas que qualquer indivíduo pode levar a cabo" (King, 1999, p. 223). Dito de outra forma, nesta tradição, a estrutura se refere às relações que estabelecemos com outras pessoas em diferentes tempos e lugares, e não a qualquer entidade metafísica que existe além e acima dos indivíduos (King, 1999).

<sup>8</sup> Schutz (1945) já chamava a atenção para a importância de se estudar como as pessoas interpretam o que é comumente entendido como realidade, ou o "mundo da vida cotidiana" (*world of daily life*), para entender suas ações sociais. Assim como Archer aponta para as propriedades culturais que objetivamente moldam as situações confrontadas pelos agentes, no primeiro estágio de seu modelo, e que tem poder gerativo sobre sua constelação de preocupações, no segundo estágio, Schutz já havia se debruçado sobre este processo. Ao estudar o mundo da vida como mundo intersubjetivo que antecede nosso nascimento e que agora nos é dado experimentar e interpretar a partir de um estoque de experiências prévias, Schutz concebe a atitude reflexiva dos indivíduos – interpretação de experiências passadas olhadas do presente – como responsável pela atribuição de sentido subjetivo às situações atuais. O que se aproxima do terceiro estágio no modelo de Archer, definição das ações a partir da deliberação reflexiva que avalia subjetivamente as preocupações práticas atuais a partir das circunstâncias objetivas estruturais preexistentes.

<sup>9</sup> Estas podem ser de quatro tipos diferentes, de acordo com a classificação da autora: reflexivos comunicativos, reflexivos autônomos, metarreflexivos e reflexivos fragmentados.

Posteriormente, o autor aponta para as deficiências do próprio enquadramento agência-estrutura para lidar com as questões sociológicas contemporâneas, e propõe a superação deste debate para o qual a sociologia britânica teve contribuição significativa. Para King (2010), é necessário ir além tanto do debate sobre a teoria da estruturação de Giddens, quanto do debate sobre a teoria morfogenética de Archer, na medida em que a análise dos fenômenos sociais a partir do dilema agência-estrutura já estaria ultrapassada. Uma sociologia mais equipada para lidar com os fenômenos sociais atuais deveria ser desenvolvida no marco da noção de rede social, para o qual os trabalhos de Bruno Latour oferecem aporte relevante (King, 2010).

Voltando ao tema da sociologia de Archer, cabem por fim alguns comentários sobre como as noções de reflexividade e de agência da autora estão relacionadas à sua visão do papel da sociologia. Ao conceber os indivíduos como agentes ativos e reflexivos, a sociologia de Archer também não atribui um lugar privilegiado ao sociólogo como "revelador" da realidade social. Para a autora (Archer, 2007), a teoria social não pode imputar motivos subjetivos aos agentes, mas pode sim examinar as próprias razões, objetivos e preocupações, reflexivamente definidos, do sujeito. Nesse sentido, em contraposição com sua própria proposta de sociologia, a autora critica a exaltação do conceito de *habitus* na medida em que este valoriza o investigador sobre o sujeito ao privilegiar o entendimento analítico como inelutavelmente superior à compreensão nativa do mundo (Archer, 2007, p. 43). A pesquisa empírica da autora busca identificar como os próprios sujeitos definem e analisam suas próprias conversações internas, com vistas a identificar como se dá a deliberação reflexiva na vida de cada um destes indivíduos.

Ao conferir reflexividade e agência aos indivíduos e ao considerar que estes são capazes de se conduzir pelo mundo analisando estrategicamente suas preocupações e possibilidades em cada contexto social, Archer definitivamente assume uma posição em nosso espectro que se afasta da perspectiva do idiota cultural. Contudo, como, na concepção da autora de agência, os indivíduos têm uma capacidade mínima de influenciar os contrangimentos da estrutura mais estável – tratando antes de usar sua reflexividade para agir de forma habilidosa em busca de seus objetivos dado o contexto social em que se encontram –, pode-se dizer que os agentes de Archer têm menos capacidade de agência do que os indivíduos de Giddens no que concerne à possibilidade de gerar efeitos sobre o contexto externo a partir de suas ações, seja transformando-o ou reproduzindo-o. Por isso, a posição que Archer ocupa em nosso espectro está à esquerda de Giddens. Note-se que tal posicionamento não diz respeito à maior ou menor reflexividade conferida aos indivíduos, mas sim à menor ou maior capacidade de agência no tocante à possibilidade de influenciar as condições externas em que são realizadas suas ações.

## Competências e justificação

Na sociologia desenvolvida por Boltanski e seus colegas do Grupo de Sociologia Política e Moral, a noção de reflexividade está diretamente relacionada à noção de competência. Parte-se da ideia de que todas as pessoas normais têm capacidade crítica ou reflexividade – que se tornam visíveis em momentos de disputa – para avaliar a situação e identificar as competências necessárias para resolvê-la (Boltanski e Thévenot, 1999). Chegar a um acordo sobre determinada disputa pressupõe a identificação de critérios equivalentes reconhecíveis como convenções pelos atores envolvidos. É a partir da utilização reflexiva e crítica destas convenções que os agentes envolvidos são capazes de construir justificações legítimas no processo de disputa. Neste modelo de sociologia, todos os indivíduos têm competência para identificar estas convenções e adequar reflexivamente suas ações a elas.

As convenções são entendidas como coações ou regras de normalidade que os atores devem seguir para ter sucesso em suas reivindicações. São elas que determinam os critérios de justiça e de injustiça de acordo com os quais serão avaliadas as disputas. Ao entrarem na disputa, atores competentes têm a capacidade de apreender esses critérios de justiça a partir dos quais constroem suas justificações. Isso significa dizer que eles tomam em conta estas coações para fazer com que suas críticas e justificações sejam aceitas como legítimas.

Cabem algumas observações sobre a natureza destas coações ou convenções na obra de Boltanski (2000). Embora leve a cabo um modelo de investigação indutivo – olhando-se para diferentes casos de disputa com o propósito de identificar, a partir das ações dos atores e das justificações por eles construídas, as coações ou critérios de normalidade de cada situação –, Boltanski (2000) se apropria também da filosofia política para estabelecer tais convenções. O autor argumenta que há um nexo entre a "forma de generalidade que exerce uma coação sobre a denúncia de injustiça e a forma de generalidade que sustenta a constituição de uma ordem política" (Boltanski, 2000, p. 30). Ou seja, a definição do que é possível fazer valer em público (o autor estuda as disputas trabalhistas dos quadros franceses) depende do modo em que se constitui o regime político particular. É nesse sentido que o autor insere a filosofia política, como representativa de diferentes princípios de grandeza – ligados a diferentes definições do bem comum – que pautam as convenções<sup>10</sup>. A esses diferentes modelos de competência o autor denomina "cidades"<sup>11</sup>.

O autor argumenta que os princípios de equivalência das cidades pautam não só as disputas no âmbito público como também as disputas no âmbito das relações pessoais: "É possível mostrar que em numerosas situações frequentemente qualificadas como privadas, os juízos que os atores emitem sobre

<sup>10</sup> Depreende-se do argumento do autor que, no caso da obra de alguns filósofos, como Rousseau, pode ter havido de fato uma influência de seu pensamento na construção do regime político, estando, portanto, alguns dos princípios desta filosofia inseridos de fato na ordem pública.

<sup>11</sup> Cidade industrial, cidade mercantil, cidade cívica, cidade do renome, cidade doméstica e cidade de deus.

o que é justo ou injusto, conveniente ou inconveniente, não são compreensíveis se não remetem ao princípio de equivalência da cidade doméstica" (Boltanski, 2000, p. 35).

O fato de que ajam de acordo com coações não pressupõe, no modelo de Boltanski, que os indivíduos sejam irreflexivos ou inconscientes. Os agentes interpretam e avaliam ativamente as convenções e produzem críticas e justificações de forma consciente a partir delas. Cabe aqui abrir parênteses para questionar em que medida não há uma proximidade entre as convenções e princípios de grandeza de Boltanski e os contextos sociais de Archer. Ambos são consideravelmente estáveis e referidos à situação ou contexto específico de ação dos indivíduos. A falha do agente, ao identificar incorretamente ou avaliar mal a natureza destas convenções e contextos, implica um preço a ser pago pelo indivíduo: o de ser considerado como fora da normalidade ou demente. "A impossibilidade de tomar em conta essas coações define, em nosso marco, o que o sentido corrente pretende designar quando assinala o caráter anormal de uma pessoa considerada como demente, excêntrica ou fora de sua mente" (Boltanski, 2000, p. 68).

Boltanski se preocupa em distinguir sua noção de "coação" da sociologia disposicional de Bourdieu. Embora as pessoas atuem em situações nas quais existem coações, que limitam as possibilidades de ação de acordo com o regime de grandeza, estas coações são diferentes da noção de "disposição". As coações não são propriedades inscritas de maneira irreversível nos agentes e em seus hábitos corporais, que determinam suas condutas em todas as circunstâncias. Elas estão relacionadas às situações em que se encontram as pessoas no momento da disputa.

A preocupação em demarcar as diferenças entre sua sociologia e a sociologia de Bourdieu marca também a visão de Boltanski sobre o papel da sociologia e do sociólogo diante do mundo social. Com efeito, diferentemente de Lahire, Boltanski (2000) rompe com proposta de ruptura epistemológica defendida por Bourdieu *et al.* (2004), que demarca as fronteiras entre o senso comum e o conhecimento sociológico. Nesse sentido, Boltanski (2000) renuncia à intenção crítica da sociologia clássica, passo necessário para tornar possível a observação do trabalho crítico operado pelos próprios atores, que são parte interessada e, como parte interessada, são plenamente capazes de aceder à verdade de suas ações: "É muito difícil sustentar a hipótese de que as pessoas não conseguem apreender de forma consciente as realidades do mundo em que vivem" (Boltanski, 2000, p. 49). Talvez para os sociólogos que realizam pesquisa empírica seja de fato mais difícil sustentar essa hipótese.

De acordo com o modelo de sociologia da crítica defendido por Boltanski, no qual os agentes são reflexivos e plenamente competentes para analisar a própria realidade de sua ação, o papel atribuído ao sociólogo é o de renúncia à produção de uma interpretação estável para se deixar levar pelas interpretações que aparecem nos informes dos atores. Nesse sentido, a única coisa que diferencia o sociólogo profissional do agente é que o sociólogo tem a particularidade de ter mais recursos à sua disposição, além de tempo para a pesquisa, podendo assim "acumular

um conjunto de informes que nenhum dos atores tomado em particular está em condições de constituir; mesmo quando cada um deles pode ter tido conhecimento de informes aos quais o sociólogo jamais terá acesso" (Boltanski, 2000, p. 56).

A visão de sociologia de Boltanski se aproxima muito da de Garfinkel (1967), que trabalha com o conceito de "sociólogo leigo". Este será o próximo autor a ser analisado na medida em que caminhamos para o lado direito de nosso espectro. Segundo a mesma lógica utilizada para definir a posição de Giddens e Archer, Boltanski aparece aqui à esquerda de Garfinkel. O modelo de convenções estáveis, representado pelos princípios de grandeza de cada cidade, age como coação. Embora estejam restritos às situações de ação do indivíduo, tais princípios de equivalência lhes são externos e anteriores e têm caráter estável. Isso significa que são autônomos e independem da agência dos atores. Haja vista que os indivíduos que agem contra tais convenções, seja porque as ignoram ou não conseguem identificá-las corretamente, são considerados dementes. Como veremos a seguir, a agência na etnometodologia é um processo mais ativo no sentido de que as regras – ainda que significativamente constrangedoras – são construídas e reproduzidas pelas ações dos indivíduos ao longo das relações que estabelecem uns com os outros. Por isso, justifica-se o lugar que Boltanski ocupa no espectro à esquerda de Garfinkel.

## Etnometodologia

Pode-se dizer que "Estudos em etnometodologia" de Garfinkel (1967) e seu contemporâneo "Esboço de uma teoria da prática" de Bourdieu (2003 [1972]) representam duas tradições sociológicas opostas que tiveram grande influência na teoria sociológica contemporânea. Opostas notadamente no sentido que aqui nos interessa: em termos da capacidade de agência e de reflexividade que conferem aos indivíduos e da visão que defendem sobre o papel da sociologia e sobre o trabalho do sociólogo. Dentre os autores revisados aqui, e especificamente no tocante aos temas abordados neste trabalho, cumpre destacar a influência de Bourdieu sobre o trabalho de Lahire – notadamente no que diz respeito à posição deste autor sobre o papel da sociologia –, e a influência do trabalho de Garfinkel em Giddens, Boltanski e Latour também no que concerne ao papel do sociólogo no mundo social.

Os estudos de etnometodologia analisam atividades do dia a dia das pessoas e também os métodos utilizados para tornar essas atividades visíveis, racionais e relatáveis – para todos os propósitos práticos – como organizações das atividades cotidianas. Os estudos desta tradição são dirigidos à tarefa de aprender como atividades ordinárias consistem em métodos para fazer das ações práticas conhecimento comum das estruturas sociais; e também à tarefa de descobrir as propriedades formais das ações de senso comum.

A noção de entendimento comum (acordo compartilhado sobre questões substantivas) é central na obra de Garfinkel. Um

acordo compartilhado se refere aos vários métodos sociais utilizados para compreender algo que foi dito. Todo entendimento comum tem necessariamente uma estrutura operacional, que é conhecida pelos indivíduos a partir daquilo que Schutz havia denominado "conhecimento de senso comum das estruturas sociais" (in Garfinkel, 1967, p. 36-37). É esta estrutura operacional, conformada por métodos de ação concertada, e o conhecimento que os indivíduos possuem dela que são o alvo de pesquisa da etnometodologia. Mas, falando-se em estrutura, cabe destacar que para Garfinkel as propriedades deste entendimento comum (sua estrutura operacional) não são estáveis e autônomas em relação às ações dos indivíduos. Elas têm um caráter temporalmente construído e não podem ser pensadas como um estoque de conhecimento predefinido a ser consultado como um conjunto de alternativas.

Isso não significa dizer que os métodos sociais que estão na base do entendimento comum não sejam fortes o suficiente para constranger o comportamento e as ações dos indivíduos. Com efeito, como demonstram os experimentos de Garfinkel (1967), as pessoas ficam inseguras, intolerantes e com a sensação de ansiedade quando não são tratadas de acordo com o papel interpretado por elas no escopo do entendimento comum. Isso ocorre porque são postos em xeque seus conhecimentos sobre a estrutura social, conhecimentos estes que têm *status de lei* para os indivíduos, uma vez que são utilizados por eles como prescrições para se localizarem em situações sociais semelhantes.

Dizer que o conhecimento comum dos métodos sociais tem status de lei não implica presumir que eles configurem uma padronização social de entendimentos comuns que orientam unilateralmente as pessoas em diferentes eventos. As perspectivas que buscam explicar as ações dos indivíduos relacionando-as com a padronização social (ou com a estrutura) são criticadas por Garfinkel. A crítica se dirige ao fato de que estas perspectivas negligenciam que por suas próprias ações as pessoas criam e sustentam a padronização, e ao fato de que elas tendem a considerar o sujeito como um idiota cultural e incapaz de julgar. Idiota cultural entendido como o homem que produz características estáveis da sociedade ao agir em concordância com alternativas preestabelecidas e legítimas de ação que a cultura comum prevê. Nestas perspectivas cujo modelo de homem é o "idiota cultural", o julgamento que envolve o uso do conhecimento comum das estruturas sociais é visto como um epifenômeno (Garfinkel, 1967, p. 68).

Garfinkel (1967) busca se distanciar destas perspectivas ao trabalhar com a ideia de que os indivíduos são reflexivos e capazes não só de produzir conhecimento sobre as atividades e métodos de sua vida cotidiana como também de torná-los relativamente. "Não só as pessoas tomam como dado sua reflexividade como também reconhecem, demonstram para si mesmas o caráter racional de suas práticas ao mesmo tempo em que respeitam a reflexividade como uma inalterável e inevitável condição de seus inquéritos" (Garfinkel, 1967, p. 8). O autor assinala que, para as pessoas, as ações práticas não são um tópico de discussão como o são para os sociólogos. Tais ações, assim como o

conhecimento que os indivíduos têm das atividades cotidianas, são dadas por certo, presumidas. Contudo, isso não quer dizer que as pessoas sejam desprovidas de capacidade para realizar teorização sociológica. Ao longo do texto de Garfinkel, são frequentes as expressões "sociólogos leigos ou profissionais" e "pessoas fazendo sociologia – leigas ou profissionais".

Para Garfinkel (1967), o processo de construção do conhecimento sociológico é o mesmo processo de construção do conhecimento de senso comum. E, nesse sentido, a sociologia também está sujeita às mesmas limitações que os indivíduos enfrentam para construir seus conhecimentos sobre as estruturas sociais. Ambos utilizam metodologias similares (método documental) para identificar valores normativos da estrutura.

*As situações que o sociólogo enfrenta são situações cujas características são as mesmas das situações de escolha do senso comum. Então, quando falam em descobertas como resultados de pesquisa, os pesquisadores devem ser razoáveis no sentido de usar características do senso comum como contexto de interpretação (descobertas razoáveis). As descobertas de trabalho documental decididas sob circunstâncias de situações de escolha do senso comum são descobertas razoáveis (Garfinkel, 1967, p. 100).*

Essa aproximação entre o conhecimento sociológico e o conhecimento de senso comum no pensamento de Garfinkel está relacionada a uma visão sobre qual deveria ser o papel da sociologia. Nesse sentido, o autor se distancia da perspectiva de que o conhecimento sociológico poderia levar à "produção de fatos"; tendo a prerrogativa de "ver além das aparências" de uma determinada realidade subjacente por meio da apreensão da invariante: "No que concerne aos nossos sujeitos, seus processos não são propriamente imaginados como 'ver além', mas consistem em lidar com uma situação na qual o conhecimento factual das estruturas sociais deve ser montado (*assembled*) e tornado visível para uso potencial" (Garfinkel, 1967, p. 96). Pode-se dizer que a sociologia de Garfinkel não tem como propósito o "desvendamento" da realidade social oculta ou subjacente à ação dos indivíduos. O autor não pressupõe que os resultados da pesquisa social terão alguma utilidade no sentido de esclarecer para os atores os sentidos de suas ações, ou de ajudá-los a tomar consciência de seus atos e comportamentos: "Em nenhum caso a investigação das ações práticas é realizada para que as pessoas possam se tornar capazes de reconhecer e descrever o que elas estão fazendo. Muito menos são as ações práticas investigadas com vistas a explicar aos praticantes seu próprio discurso sobre o que estão fazendo" (Garfinkel, 1967, p. 7).

A capacidade reflexiva concedida aos atores na etnometodologia é semelhante à reflexividade do sociólogo. De acordo com Garfinkel, não há diferença entre o sociólogo e os agentes no que se refere à reflexividade, ou seja, ela não é uma prerrogativa ligada à profissão de sociólogo (Macbeth, 2001). Os agentes são "sociólogos leigos" competentes para analisar e teorizar acerca de suas próprias ações. Em termos da capacidade de agência, cabe assinalar que, assim como em Giddens, para

Garfinkel os agentes, ao mesmo tempo em que estão constrangidos pelas regras ou procedimentos metódicos da vida cotidiana, são os próprios criadores destas regras. Para Garfinkel, esse processo é contínuo, as regras não existem sem as práticas dos atores, elas são produzidas ou sustentadas em cada situação de interação. "A realidade objetiva dos fatos sociais é uma realização contínua de atividades concertadas da vida cotidiana" (Garfinkel, 1967, p. vii). Nesse sentido, justifica-se o posicionamento de Garfinkel em nosso espectro de capacidade de agência e reflexividade. Devido à grande capacidade de agência e de reflexividade que concede aos atores, ele ocupa o segundo lugar mais próximo da perspectiva do "sociólogo leigo". Em relação ao último autor que revisaremos aqui, em que pesem as semelhanças notáveis em vários sentidos, há uma diferença na medida em que Garfinkel propõe a existência de uma estrutura social (ainda que situada e dependente das ações sociais), e Latour nega a possibilidade de se pressupor qualquer coisa de antemão, ou seja, antes da realização da pesquisa.

## Sociologia das associações

A sociologia proposta por Latour busca refundar o contexto de social e, portanto, a própria concepção de sociologia. Em oposição à sociologia tradicional ou "sociologia do social" que toma o social e a sociedade como chaves explicativas para determinados fenômenos, a "sociologia das associações" proposta por Latour (2005) define o social como algo a ser explicado. De acordo com a sociologia de Latour, a forma de se explicar o social é traçando-se as diversas associações que fizeram parte de sua confecção. Nesse sentido, as ciências sociais deveriam ser as ciências que traçam conexões entre as coisas, os laços sociais são aquilo que deveria ser explicado e não a explicação em si.

Nessa proposta de sociologia, explicar não é estabelecer uma relação causal entre duas variáveis em caixa preta (como, por exemplo, a educação e o comportamento no campo de trabalho). Explicar significa aqui conectar entidades com outras entidades, ou seja, traçar uma rede, mostrando a relação entre cada mediador. Quanto maior o número de associações identificadas, melhor e mais completa é a explicação.

Assim como Boltanski e Thévenot (1999) ressaltam o papel importante da disputa como objeto de pesquisa privilegiado, Latour (2005) aponta para as controvérsias como ponto de partida para a investigação. Começar pelas controvérsias seria uma forma privilegiada de adentrar no campo de investigação porque é nos momentos de controvérsias que são explicitadas as afiliações e as relações de proximidade ou distância (entre as pessoas ou entre pessoas e coisas). E é também no momento das controvérsias que os argumentos são refinados e esclarecidos e as pessoas trazem mais elementos para a construção da rede.

A concepção de agência em Latour (2005) diz respeito a tudo aquilo que produz efeitos, ou seja, que produz rastros que possam ser identificados. Contudo, a ideia de que o que interessa para compreender a formação do social são as conexões que

o atores estabelecem não permite a Latour falar em indivíduo como motor ou origem da agência. O ator não pode ser compreendido como um indivíduo "no atacado", com intencionalidade e disposição a fazer cálculos em todo momento. Para compreender a ação das pessoas, é mais coerente considerá-las como seres compostos de diferentes camadas sucessivas, construídas em diversas situações, cada uma empiricamente distinta das outras. A ação, por sua vez, é concebida como um nó, um conglomerado, cuja origem é múltipla e deve ser tomada como o resultado de um conjunto de agências.

Pode-se dizer que a preocupação com a agência na sociologia de Latour (2005) está ligada à identificação dos resultados das associações estabelecidas entre diferentes atores. Para tanto, é necessário saber se trata-se de uma relação de mediação ou de intermediação. No segundo caso, seria uma relação não transformativa, na qual seria possível saber os *outputs* olhando-se apenas para os *inputs*. No caso de uma relação de mediação, estaria em jogo uma transformação ou uma distorção dos resultados, que não podem ser previstos apenas pelos *inputs*. A proposta de Latour (2005) é a de tomar os meios e ferramentas que constroem o social como mediadores, e não como intermediários. Isso ofereceria uma explicação mais completa e detalhada dos fenômenos analisados.

Há um debate dentro e fora da teoria do ator-rede sobre se ela poderia ser considerada uma teoria, ou se seria apenas um método. Gad e Jensen (2010) argumentam que pode ser considerada uma teoria apenas no sentido em que propõe o agnosticismo generalizado com respeito ao valor das teorias; e na medida em que defende a recusa de se saber de antemão quem são os atores relevantes em uma dada situação e o que comprehende uma rede. A teoria do ator-rede também não seria um método que diz ao pesquisador o que fazer. Só poderia ser considerada método no sentido contraintuitivo de questionar a atitude reverencial a teorias e métodos e de reconhecer as limitações impostas pela pesquisa.

A concepção de sociologia de Latour se aproxima da de Garfinkel, assim como sua visão sobre o papel do sociólogo. Assim se refere Latour a Garfinkel, considerando-o um dos poucos predecessores que acreditam que "a sociologia poderia ser a ciência que desse conta de como a sociedade se mantém unida, em vez de usar a sociedade para explicar outra coisa ou para ajudar a resolver uma das questões políticas da época" (Latour, 2005, p. 12). Latour também renuncia à perspectiva de sociologia "reveladora", na qual o sociólogo ocupa uma postura privilegiada, mais reflexiva. Com efeito, na teoria do ator-rede, "o pesquisador tem a oportunidade de traduzir *insights*, que foram obtidos a partir da academia, do treinamento e dos estudos empíricos. Contudo, simultaneamente, a teoria do ator-rede é aprendida na prática, com outros atores" (Gad e Jensen, 2010, p. 75). Na sociologia de Latour (2005), o sociólogo não deve permitir que suas categorias e pressupostos dominem as descrições. É necessário dar voz às próprias categorias dos atores. Assim como na etnometodologia, os atores na perspectiva do ator-rede conhecem suas próprias práticas melhor do que o pesquisador.

A proposta de sociologia de Latour, de acordo com a qual os atores têm reflexividade e agência tal qual na etnometodologia, não permite, todavia, a utilização da noção de estrutura, ou de qualquer outro conceito em caixa-preta, de antemão. Para o autor, só se pode falar em estrutura caso a pesquisa empírica, que traça as associações, demonstrar como relevante para a explicação a existência de uma estrutura estruturante. Essas são as razões pelas quais Latour ocupa o lugar mais à direita em nosso espectro de capacidade de agência e reflexividade.

## Conclusão

O trabalho buscou resgatar no pensamento de alguns autores presentes do debate sociológico-teórico atual a visão de reflexividade, de agência e de papel da sociologia. O propósito foi o de revisar criticamente a contribuição de cada um destes autores para a teoria sociológica contemporânea. A analogia com a ideia de espectro – ainda que tenha um caráter de certa forma reducionista, uma vez que reduz o complexo pensamento dos autores a alguns itens tomados como critérios para seu posicionamento – serviu para ilustrar de forma mais clara o argumento defendido aqui. Qual seja: o de que existem diferenças marcantes no corpo da sociologia contemporânea no que se refere ao modelo de ator social (em termos de sua capacidade de agência e reflexividade) que cada autor defende; e de que cada um destes modelos tem implicações para a visão sobre o papel da sociologia. Quanto mais próximo ao modelo de ator social que considera os agentes “sociólogos leigos”, mais se renuncia à capacidade crítica da sociologia ligada à função de “revelação” do mundo social.

É importante observar que, com exceção de Giddens, todos os sociólogos aqui revisados têm um importante trabalho empírico e construíram suas teorias a partir das constatações obtidas com a pesquisa de campo. A forma de realização da pesquisa e os métodos utilizados aparecem como preocupações centrais nos trabalhos destes sociólogos. Um trabalho que revisasse tais métodos e analisasse os diferentes resultados obtidos com cada um deles seria um exercício interessante e possivelmente útil para a pesquisa empírica.

Também é necessário retomar aqui o tema das controvérsias/disputas como objeto de estudo. Não apenas em Latour e Boltanski elas parecem ser centrais para a investigação. Também no programa de pesquisa da etnometodologia (Garfinkel, 1996), as situações de questionamento do entendimento comum e dos métodos que organizam as práticas sociais são momentos privilegiados para a análise social (Garfinkel, 1996). Caberia perguntar se estes modelos de sociologia apenas são adequados para estudar temas que envolvem controvérsias ou disputas. Se sim, como lidar, no marco destas teorias, com contextos sociais normais, em que não há disputas e controvérsias aparentes?

Uma última observação diz respeito ao argumento de Garfinkel (1967), retomado por Latour (2005), sobre as formas de produção de dados sociológicos empíricos que são aceitos

como legítimos no campo dominante da sociologia. O argumento culmina na defesa da observação literal como método para produzir descrições literais – uma evidência sociológica tão válida como a produzida por qualquer método estatístico: “O investigador pode escolher entre os métodos de observação literal e o trabalho de interpretação documental. A escolha do primeiro pode atingir a descrição literal rigorosa das propriedades físicas e biológicas dos eventos sociológicos” (Garfinkel, 1967, p. 102).

Cabe observar que a defesa deste argumento está relacionada à visão de ambos os autores sobre qual deveria ser a preocupação central e o objetivo da sociologia. Quando postula uma mudança da sociologia do social para uma sociologia das associações, na qual o que deve ser explicado é a própria existência da sociedade, Latour (2005) está voltando ao argumento de Garfinkel (1967) sobre a negligência dos sociólogos em relação a uma questão fundamental: “Ainda que os sociólogos tomem as cenas socialmente estruturadas da vida cotidiana como ponto de partida, eles raramente veem, como tarefa da investigação sociológica, a questão geral de como qualquer mundo de senso comum é possível” (Garfinkel, 1967, p. 36).

## Referências

- ARCHER, M. 2007. *Making our way through the world: human reflexivity and social mobility*. Cambridge, Cambridge University Press, 352 p. <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511618932>
- BACHELARD, G. 1988. *Os Pensadores*. São Paulo, Nova Cultural, 354 p.
- BOLTANSKI, L. 2000. *El amor y la justicia como competencias: tres ensayos de sociología de la acción*. Buenos Aires, Amorrortú, 353 p.
- BOLTANSKI, L.; THEVÉNOT, L. 1999. The sociology of critical capacity. *European Journal of Sociology*, 2(3):359-377.
- BOURDIEU, P. 1979. *O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais*. São Paulo, Perspectiva, 135 p.
- BOURDIEU, P. 2003 [1972]. Esboço de uma teoria da prática. In: R. ORTIZ, *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo, Olhos d'Água, 184 p.
- BOURDIEU, P. 2001. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, Papirus, 224 p.
- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.-C.; PASSERON, J.-C. 2004. *O ofício do sociólogo*. Petrópolis, Vozes, 328 p.
- GAD, C.; JENSEN, C. 2010. On the consequences of Post-ANT. *Science Technology Human Values*, 35(1):55-80. <http://dx.doi.org/10.1177/0162243908329567>
- GARFINKEL, H. 1996. Ethnomethodology's program. *Social Psychology Quarterly*, 59(1):5-21. <http://dx.doi.org/10.2307/2787116>
- GARFINKEL, H. 1967. *Studies in Ethnomethodology*. Los Angeles, Prentice-Hall, 304 p.
- GIDDENS, A. 2009. *A constituição da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 458 p.
- GIDDENS, A. 1991. *As consequências da modernidade*. São Paulo, UNESP, 177 p.
- KING, A. 1999. Against structure: A critique of morphogenetic social theory. *The Sociological Review*, 47(2):199-227. <http://dx.doi.org/10.1111/1467-954X.00170>
- KING, A. 2010. The odd couple: Margaret Archer, Anthony Giddens and British social theory. *The British Journal of Sociology*, 61(1):253-260. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-4446.2009.01288.x>

- LAHIRE, B. 1997. *O homem plural: as molas da ação*. Petrópolis, Vozes, 302 p.
- LAHIRE, B. 2004. *Retratos sociológicos: disposições e variações individuais*. Porto Alegre, Artmed, 344 p.
- LATOUR, B. 2005. *Reassembling the social: An introduction to Actor-Network-Theory*. London, Oxford University Press, 312 p.
- MACBETH, D. 2001. On "reflexivity" in qualitative research: Two readings, and a third. *Qualitative Inquiry*, 7(1):35-68.  
<http://dx.doi.org/10.1177/107780040100700103>
- SCHUTZ, A. 1945. On multiple realities. *Philosophy and Phenomenological Research*, 5(4):533-576. <http://dx.doi.org/10.2307/2102818>

Submetido: 29/02/2012

Aceito: 13/10/2012